

Comentários da AGN à 40.ª Consulta Pública da ERSE
– Contadores inteligentes de eletricidade e de gás natural

A AGN, após uma reflexão sobre os documentos propostos para o caso do Gás Natural, é da opinião que não existe viabilidade económica associada à implementação de contagem inteligente, por substituição dos contadores tradicionais.

Com efeito, estes equipamentos têm demonstrado a sua adequação para o mercado nacional, não parecendo existir desenvolvimentos tecnológicos no mercado que sugiram uma próxima obsolescência dos mesmos, e a criação de custos ociosos pela sua incompleta amortização parece um contrasenso, especialmente face à situação financeira nacional.

Notamos ainda que no momento presente não existirá capacidade produtiva destes equipamentos nos fornecedores nacionais, pelo que uma opção pela substituição do parque instalado, especialmente se num calendário desnecessariamente curto, apenas levaria a um acréscimo de importações, novamente em total contra-ciclo com a desejada evolução da economia portuguesa.

Q1. Como avalia a metodologia e os pressupostos considerados nas análises custo-benefício?

Na generalidade os pressupostos considerados são razoáveis. No que respeita à análise efetuada para o Gás Natural, chamamos a atenção para o seguinte, a respeito dos pressupostos:

- Admite-se um crescimento médio do número de contadores de cerca de 2,5%, por ano, a partir de 2013.
- Admite-se um crescimento do consumo anual per capita de 0,5%. Esta estimativa deverá ser excessiva uma vez que o consumo depende mais de factores exógenos, como a temperatura, do que do aumento da utilização do gás natural, devido ao aumento do número de gasodomésticos ou incremento do nível de conforto. A tendência actual é de diminuição.
- Consideramos que a adopção de factura electrónica será acima de tudo induzida pela maior penetração da internet, questionando o pressuposto de que a mesma será potenciada pela introdução de contadores inteligentes.

Q2. Como avalia os cenários submetidos a análises custo-benefício?

Os seis cenários em estudo (apenas gás e multi utility) incluem os pontos determinantes e relevantes neste tipo de estudos custo-benefício.

Embora interessante do ponto de vista global, a análise do impacto na cadeia global de agentes do sistema, do ponto de vista do Operador, o relevante é o resultado final na tarifa de acesso às redes.

Q3. Os cenários estudados cobrem as principais alternativas a considerar tendo em conta a realidade portuguesa?

Os seis cenários em estudo cobrem as possibilidades relevantes do ponto de vista analítico. Obviamente que poderão ser estudados cenários alternativos de combinação de soluções, no entanto, os analisados permitem evidenciar com clareza a tendência de não existir viabilidade económica associada à implementação de contagem inteligente, por substituição dos contadores tradicionais.

Q4. Como avalia a lista de funcionalidades considerada para os contadores inteligentes de eletricidade e de gás natural?

A lista de funcionalidades dos smart meter de gás está em linha com as funcionalidades que entendemos adequadas, devendo ainda ser explicitadas/incluídas as seguintes funcionalidades:

- Detecção de violação do contador e de fraude;
- Alarme de bateria baixa;
- Sistema de segurança para reativação de fornecimento (com operação local por parte do cliente ao nível do contador ou outro tipo de operação que garanta a segurança da intervenção remota);
- Capacidade de comunicação local (porta ótica ou outro dispositivo equivalente) para alteração de parâmetros, bateria, etc).

Q5. Como avalia os valores considerados para os parâmetros utilizados (ex.: custo dos contadores, custo das comunicações, redução de consumo considerada, etc.) nas análises efetuadas?

Estamos de acordo na generalidade com os parâmetros utilizados.

No entanto, deixam-se algumas considerações relativamente aos valores considerados:

- É importante a explicitação do volume de operações comerciais, nomeadamente cortes e religações, porque seguramente terão um impacto no VAL. Como resumo, deveria ser realizada uma análise de sensibilidade a este ponto e calculado o seu impacto no VAL e B/I.
- Consideramos que, contrariamente ao exposto no documento, a adoção de contadores inteligentes não tem qualquer impacto a nível de perdas técnicas, seja em rede de distribuição, seja em rede de transporte, uma vez que as mesmas não são induzidas pelos equipamentos de contagem.
- Consideramos que, contrariamente ao exposto no documento, não é expectável qualquer tipo de economia (ainda que residual) a nível de investimentos em armazenamento ou transporte, uma vez que, ainda que exista alguma redução de consumo induzida pela introdução dos sistemas de contagem inteligentes, a mesma não será suficiente para ser considerada para análises de investimento nestas infraestruturas.
- A análise efectuada refere um custo de instalação de contador inteligente de cerca 20€/contador. Questiona-se se este custo prevê alguma visita prévia de

recenseamento do parque de contadores de gás e eléctricos, tendo em conta a identificação das condições da sua instalação. Em particular, questiona-se se os cenários de multi-utility prevêm esta visita, uma vez que a localização relativa de ambos os equipamentos poderá determinar a adopção no terreno de diferentes soluções de ligação entre os dois tipos de equipamento. Importa perceber também, até que ponto este custo está já afetado de eventuais constrangimentos e falhas de marcação, em particular nas circunstâncias em que os contadores estão dentro dos fogos.

- Custo de substituição de baterias com funcionalidade avançada – 1,45€/ano/contador. Questiona-se se este valor inclui, para além da bateria, o serviço e o custo de oportunidade do cliente, em particular se o contador estiver no interior do fogo, como é o caso de grande parte das habitações em Lisboa.
- Ao longo do documento, dá-se muito enfoque na presença/ausência do cliente, sendo que este facto pode ser ultrapassado através de visitas combinadas pelo ORD, identicamente ao que acontece na montagem de um contador.

Q6. Considera que a abordagem *multi-utility* deve ser assegurada para o futuro?

Decorrente das análises e estudos efetuados, podemos referir que as vantagens existentes são mais tangíveis e notórias do ponto de vista do smart meter eléctrico do que o smart meter gás, devido às seguintes razões:

- o conceito de rede bi-direcional, com entradas e saídas, no gás é inexistente;
- a utilização dos gasodomésticos dificilmente é passível de utilização em horários de menor consumo, uma vez que normalmente são para satisfação de necessidades imediatas, como sejam a utilização na cozinha e águas quentes sanitárias;
- a gestão da procura não está condicionada a restrições nas infraestruturas de distribuição;
- a organização dos mercados e os preços resultantes, são inelásticos quanto à transferência de consumos para outros períodos do dia;

Deste modo, uma solução conjunta deverá ser avaliada com muita prudência, devido também à menor maturidade das soluções gás, à menor taxa de penetração do gás natural no segmento em análise, aos investimentos adicionais e à interdependência gerada com uma solução desta natureza. Desde logo, é de notar que existe uma heterogeneidade na disposição dos contadores uns em relação aos outros. Apenas a título de exemplo, se em determinados casos estão fisicamente próximos, noutras situações é possível encontrar contadores de gás junto a cada fogo, ou no piso, enquanto os contadores eléctricos poderão estar em bateria no rés-do-chão. Tomando por exemplo a solução holandesa, constante do relatório 2 E/G, o método de comunicação entre os contadores requer uma ligação física entre equipamentos de contagem, o que pressupõe a sua proximidade. Neste sentido, consideramos que o estudo deveria ter sido complementado, com uma análise, mesmo que qualitativa e aproximada, das soluções-tipo de instalação dos contadores nos prédios (em bateria, nos andares, dentro dos fogos), para se poder aquilatar da efetiva possibilidade de considerar a abordagem *multi-utility* numa base alargada como exequível.

Naturalmente, as questões apresentadas colocam mais reservas quanto à possibilidade de proceder a uma abordagem multi-utility, pela incerteza quanto à sua implementação.

Q7. Considera que os contadores de eletricidade devem dispor de uma porta *multi-utility* que permita no futuro vir a receber a informação de outros contadores inteligentes, de modo a possibilitar a utilização de um único sistema de comunicações para recolha remota de dados dos contadores?

Naturalmente, e não obstante o reforço da consideração expressa anteriormente, de que os cenários analisados confirmam não existir viabilidade económica associada à implementação da solução de contagem inteligente no gás natural, esta opção deve ser considerada caso se perspetive a introdução de contadores inteligentes em outras utilities. No entanto, caso se verifique que o custo marginal de instalar uma porta multi-utility é reduzido face aos restantes investimentos e custos, parece-nos razoável a sua inclusão, mantendo assim em aberto uma opção para o futuro. Contudo, frisamos que a adoção desta complementaridade nos contadores de electricidade não deve ser utilizada como justificação para adoção da contagem inteligente noutras utilities. Para estes casos, a sua utilização tem de ser justificável numa análise *stand alone*, não como um “*also run*”!

Considerações genéricas adicionais:

- a) Quadro 4.1 Boas práticas recomendadas pelo ERGEG

No assunto “Serviços para os consumidores”:

- a.1) a frase “faturação exclusivamente baseada em consumos reais” deverá ser substituída por “faturação tendencialmente baseada em consumos reais”;
- a.2) deverá ser retirada a sigla “G” do campo aplicação, no que respeita a “Alterar (aumentar ou reduzir) remotamente a potência contratada” (não é aplicável no gás);
- a.3) deverá ser introduzida a sigla “G” do campo aplicação, no que respeita a “Receber alertas em caso de interrupção não programada (acrescentar também programada) do fornecimento (caso seja do interesse dos consumidores)” (é uma opção também interessante para o gás);
- b) O ponto 5.1.2 refere que o consumo de gás natural dos consumidores com consumo até 10 000 m³ e a ponta máxima do sistema evoluem de acordo com uma taxa anual de 3% (embora pouco relevante para o estudo dado a tendência marcadamente negativa do VAL, não se prevêem estes níveis de crescimento, tendo-se inclusivamente assistido a uma tendência contrária, embora julgamos conjuntural);
- c) Deve ser explicitada a possibilidade de efetuar operações remotas de corte e religação, sem prejuízo de a legislação portuguesa ainda não o considerar;
- d) No ponto 6.3.2 “Benefício associado à redução de perdas comerciais e de fraude” (pág 75) não está sustentada a proveniência dos valores de redução do consumo ilegal e da redução das perdas comerciais e administrativas, embora como já foi referido, não terá impacto significativo devido ao resultado marcadamente negativo do VAL;
- e) No ponto 6.3.2 Benefícios, página 76, “para as alterações contratuais foi considerado um custo de 15 euros” (não se vislumbra o impacto ou a que se referem eventuais custos evitados com a introdução dos smart meter gas);



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DAS EMPRESAS DE GÁS NATURAL

- f) Um dos factores potenciadores dos smart meter gás é o nº de operações comerciais (cortes e religações) e o estudo podia ser mais explícito quanto à taxa de operações comerciais remotas, por ponto de abastecimento.